



MUNICÍPIO DE BURITIS
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Autógrafo Nº 157/2025

Projeto de Lei Complementar Nº 016/2025

Mensagem de Lei Nº 772/2025

Autoria: Poder Executivo Municipal

***“Altera a Lei Complementar nº 003/2016
acrescendo cargos e extinguindo cargos e
dá outras providências.”***

A Câmara Municipal de Buritis, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, decreta:

LEI

Art. 1º Fica acrescido nos artigos 4º e 5º da Lei Complementar nº 003/2016 o Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar, conforme tabela, atribuições e requisitos abaixo:

Cargo	Vaga	Valor R\$	F.G	C/C
Conselheiro Tutelar	05	3.500,00	-	-

CONSELHEIRO TUTELAR:

Requisito: a) Ser eleito; b) preencher os requisitos da Lei Municipal específica e do ECA.

ATRIBUIÇÕES:

- I – Atender crianças e adolescentes cujos direitos estejam ameaçados ou violados;
- II – Encaminhar crianças e adolescentes aos pais ou responsáveis;
- III – Orientar, apoiar e acompanhar temporariamente crianças e adolescentes;
- IV – Matricular e garantir a frequência obrigatória em unidades de ensino;
- V – Incluir crianças e adolescentes em programas e serviços oficiais;
- VI – Requisição de tratamento médico ou psicológico;
- VII – Aplicar medidas protetivas pertinentes a cada caso;
- VIII – Requisição de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- IX – Aconselhar os pais ou responsáveis sobre a situação da criança ou adolescente e os encaminhamentos que poderão tomar;
- X – Fiscalizar as entidades de atendimento;
- XI – Iniciar procedimentos de apuração de irregularidades em entidades de atendimento;
- XII – Executar outras atividades inerentes ao cargo, bem como as constantes em Lei específica de sua criação e ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.



MUNICÍPIO DE BURITIS
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Art. 2º Para suportar as despesas do artigos 1º, desta Lei, fica extinto os cargos de conselheiros tutelar do artigo 73 da SEMAST.

Art. 3º Fica acrescentado o artigo 113-C na Lei Complementar n. 003/2016 com a seguinte redação:

“Artigo 113-C. Quando o cargo em comissão, de Secretário Municipal ou equivalente for ocupado por integrante de Mandato Eletivo (Vereador), este poderá optar por receber o valor do exercício da vereança ou o valor do cargo nomeado”.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Vereador Presidente
Gilberto Aparício, aos nove dias do
mês de dezembro do ano de dois mil e
vinte e cinco.

Gilberto Aparício
Vereador Presidente